



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 13603.905978/2012-64
Recurso Voluntário
Resolução nº 3402-003.525 – 3ª Seção de Julgamento/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de março de 2023
Assunto DILIGÊNCIA
Recorrente TEKSID DO BRASIL LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto da relatora. Julgamento iniciado em novembro de 2022.

(assinado digitalmente)

Pedro Sousa Bispo – Presidente

(assinado digitalmente)

Cynthia Elena de Campos – Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Lázaro Antonio Souza Soares, Alexandre Freitas Costa, Jorge Luis Cabral, Marina Righi Rodrigues Lara, Carlos Frederico Schwochow de Miranda, Mateus Soares de Oliveira (suplente convocado), Cynthia Elena de Campos e Pedro Sousa Bispo (Presidente). Ausente a Conselheira Renata da Silveira Bilhim, substituída pelo Conselheiro Mateus Soares de Oliveira.

Relatório

Versa o presente litígio sobre Pedido Eletrônico de Restituição de crédito oriundo de pagamento indevido ou a maior da Contribuição para o PIS não-cumulativa, indicado para compensação com débitos de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

A DRF de Contagem/MG emitiu Despacho Decisório eletrônico, pelo qual indeferiu o pedido de restituição e não homologou a compensação declarada na respectiva DCOMP, por ter constatado que o crédito identificado foi objeto de análise em PER/DCOMPs anteriores que referenciam o mesmo pagamento, concluindo pela inexistência de crédito remanescente para utilização em novas compensações ou atendimento de pedidos de restituição.

Cientificada do Despacho Decisório, a Contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade, julgada procedente em parte por unanimidade de votos, nos termos do v. Acórdão proferido pela 1ª Turma da DRJ em Belo Horizonte/MG.

A Contribuinte foi intimada do v. acórdão de primeira instância, apresentando tempestivamente o Recurso Voluntário, pelo qual pediu o provimento e a reforma parcial da decisão administrativa, para que sejam reconhecidos todos os créditos de COFINS utilizados pela Recorrente no pedido de compensação, com a consequente homologação integral dos PER/DCOMPs objeto deste processo, uma vez que as despesas atuadas permitiam o creditamento da Contribuição para a COFINS.

Subsidiariamente, pediu para que seja deferida a realização de diligência fiscal e/ou perícia técnica, com indicação de assistente técnico para apuração se os bens e serviços atuados são aplicados em seu processo produtivo.

Apresentado o recurso, os autos foram encaminhados para inclusão em lote e sorteio para julgamento.

É o relatório.

Voto

Conselheira Cynthia Elena de Campos, Relatora.

1. Pressupostos legais de admissibilidade

O recurso voluntário é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual deve ser conhecido.

2. Do objeto do presente litígio

O PER/DCOMP objeto deste litígio foi apresentado para ressarcimento de crédito originado de alegado pagamento a maior da Contribuição para a COFINS com relação às rubricas das Fichas 16A e 16B, referente aos meses de março, abril, maio e julho de 2007; março, abril, maio, junho, julho, agosto e dezembro de 2009; julho, agosto e outubro de 2010;

Fl. 3 da Resolução n.º 3402-003.525 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo nº 13603.905978/2012-64

fevereiro, maio, julho e agosto de 2011, sendo neste processo tratado o fato gerador de 31/07/2007, apurado mediante retificação nos DACONs e DCTFs.

Em procedimento fiscal foi verificada a legitimidade dos créditos indicados no **PER/DCOMP nº 04515.12319.200112.1.3.04-0887**, transmitido em data de 20/01/2012.

A Unidade Preparadora emitiu o Despacho Decisório Eletrônico, constando a seguinte conclusão:

A análise do direito creditório está limitada ao valor do "crédito original na data de transmissão" informado no PER/DCOMP, correspondendo a R\$ 121.622,15.

A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima identificado, foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo relacionados, mas integralmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.

Apresentada Manifestação de Inconformidade e, após análise manual, constatou-se que não restou saldo a restituir através deste PER, pois o valor do crédito reconhecido foi utilizado/compensado integralmente nas DCOMPs, resultando no seguinte demonstrativo:

VI – DEMONSTRATIVOS DAS GLOSAS

PIS							
	Histórico	Dif. Pleiteada		Glosas		Resultado	
L	Fonte : DACON 07/2007 -	Base de Cálculo	Pis	B. de Cálculo	Pis	B.de Cálculo	Pis
Ficha 6A							
2	Bens Utilizados como Insumos	1.797.280,51	29.655,14	1.473.951,11	24.320,19	323.329,40	5.334,95
3	Serviços Utilizados como Insumos	650.678,18	10.736,19	628.504,51	10.370,32	22.173,67	365,87
6	Disp. de Aluguéis Máq. e Equip. Locados PJ	64.544,07	1.064,98	64.544,07	1.064,98	-	-
9	S/Bens Ativo Imobiliz.(base Enc. Deprec.)	4.695,79	77,48			4.695,79	77,48
10	S/Bens Ativo Imobiliz.(base Vr. Aquis.)	12.319,23	203,27			12.319,23	203,27
Ficha 6B							
2	Bens Utilizados como Insumos - Importação	133.918,90	2.209,66			133.918,90	2.209,66
	Soma	2.663.436,68	43.946,70	2.166.999,69	35.755,49	496.436,99	8.191,21
	Crédito utiliz. de mês anterior 06/2007		125.324,36				125.324,36
	Crédito para utilização em meses posteriores		-47.424,42				-47.424,42
	Compensação utilizada DCTF		-224,49				-224,49
	Total	2.663.436,68	121.622,15	2.166.999,69	35.755,49	496.436,99	85.866,66

Em síntese, foram apontados pela Autoridade Fiscal as seguintes irregularidades:

- i) Bens utilizados como insumos;
- ii) Serviços utilizados como insumos
- iii) Despesas de aluguéis e equipamentos locados de pessoas jurídicas.

O Despacho Decisório foi emitido com fundamento na Instrução Normativa nº 404/2004 e, assim, concluindo que insumos são tão somente aqueles bens ou serviços intrínsecos à atividade fim da empresa, adquiridos de pessoa jurídica, e que efetivamente sejam aplicados ou consumidos diretamente na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda.

Fl. 4 da Resolução n.º 3402-003.525 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo nº 13603.905978/2012-64

A Contribuinte anexou aos autos o Laudo Técnico, pelo qual buscou demonstrar que suas atividades consistem na fabricação de peças fundidas em ferro e alumínio destinadas à indústria automotiva mundial, bem como produz peças em ferro cinzento e nodular de pequenas, médias e grandes dimensões, como blocos e cabeçotes de motor para automóveis e veículos industriais, coletores de escape, carcaças, pontas de eixo, discos e tambores de freio.

O v. Acórdão ora recorrido foi proferido pela DRJ de origem em 10 de julho de 2018, sendo abordado sobre a concepção do termo “insumo” para fins de aproveitamento de créditos do PIS e da COFINS, com a seguinte conclusão:

Dessa sorte, somente podem ser considerados “insumos”, utilizados na fabricação ou produção de bens destinados à venda, a matéria-prima, o produto intermediário, o material de embalagem e quaisquer outros bens que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação, desde que não estejam incluídas no ativo imobilizado; e os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na produção ou fabricação do produto.

Isso não significa que se possa caracterizar como insumo todos os custos e despesas, inclusive os indiretos, necessários à produção dos produtos e serviços. Quisesse o legislador alargar o conceito de insumo, para abranger todos os custos de produção/prestação de serviços, não teria trazido um rol detalhado de despesas passíveis de gerar créditos, como foi feito com relação aos gastos com combustíveis, lubrificantes, energia elétrica, dentre outros insumos indiretos de produção.

Ao julgador administrativo cumpre observar o entendimento da RFB expresso em atos normativos, sendo-lhe vedada a ampliação ou violação daqueles limites para abarcar outras situações não previstas na legislação tributária, mormente quando tal ampliação vai contra o entendimento fixado pela Administração Tributária. Por conseguinte, não há como admitir a tese da Manifestante, segundo a qual o conceito de insumo deva abranger todo bem, mercadoria ou serviço que configure custo ou despesa necessária à atividade produtiva e, consequentemente, à geração da receita tributável, e que deve ser afastada a conceituação prevista na IN SRF nº 247/02 e IN SRF nº 404/04.

Os conceitos fixados pela legislação, tal como entendidos pela Administração Tributária, serão as balizas pelas quais se norteará o presente voto no exame das glosas impostas pela Fiscalização aos créditos utilizados pela Contribuinte.

Portanto, constata-se que foi mantido o conceito de insumo anteriormente previsto pela Instrução Normativa nº 404/2004.

Ocorre que o Superior Tribunal de Justiça decidiu em julgamento ao Recurso Especial nº 1.221.170/PR, processado em sede de recurso representativo de controvérsia, que o conceito de insumo, para efeito de tomada de crédito das contribuições na forma do artigo 3º, inciso II das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, deve ser aferido à luz dos critérios da essencialidade ou relevância, vale dizer, considerando a imprescindibilidade ou a importância de determinado item (bem ou serviço) para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada pelo contribuinte.

Ao julgar a questão, o Tribunal Superior destacou que a interpretação do termo “insumo” de forma restritiva pela Fazenda desnatura o sistema não cumulativo.

Por tal razão, o STJ declarou a ilegalidade das Instruções Normativas SRF nº 247/2002 e 404/2004, as quais, repito, restringiam o direito de crédito aos insumos que fossem diretamente agregados ao produto final, ou que se desgastassem através do contato físico com o produto ou serviço final.

Fl. 5 da Resolução n.º 3402-003.525 - 3ª Seção/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo nº 13603.905978/2012-64

Em síntese, a partir da decisão definitiva do STJ, restou pacificado que no regime não cumulativo das contribuições ao PIS e à COFINS, o crédito é calculado sobre os custos e despesas sobre bens e serviços intrínsecos à atividade econômica da empresa.

Diante da decisão do Superior Tribunal de Justiça, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional publicou em 03/10/2018 a Nota Explicativa SEI nº 63/2018/CRJ/PGACET/PGFNMF, acatando o conceito de insumos para crédito de PIS e Cofins fixado, conforme Ementa abaixo transcrita:

Documento público. Ausência de sigilo.

Recurso Especial nº 1.221.170/PR Recurso representativo de controvérsia. Ilegalidade da disciplina de creditamento prevista nas IN SRF nº 247/2002 e 404/2004. Aferição do conceito de insumo à luz dos critérios de essencialidade ou relevância.

Tese definida em sentido desfavorável à Fazenda Nacional. Autorização para dispensa de contestar e recorrer com fulcro no art. 19, IV, da Lei nº 10.522, de 2002, e art. 2º, V, da Portaria PGFN nº 502, de 2016.

Nota Explicativa do art. 3º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01/2014.

Transcrevo os itens 14 a 17 da SEI nº 63/2018/CRJ/PGACET/PGFNMF:

"14. Consoante se depreende do Acórdão publicado, os Ministros do STJ adotaram uma interpretação intermediária, considerando que o conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios de essencialidade ou relevância. Dessa forma, tal aferição deve se dar considerando-se a imprescindibilidade ou a importância de determinado item para o desenvolvimento da atividade produtiva, consistente na produção de bens destinados à venda ou de prestação de serviços.

15. Deve-se, pois, levar em conta as particularidades de cada processo produtivo, na medida em que determinado bem pode fazer parte de vários processos produtivos, porém, com diferentes níveis de importância, sendo certo que o raciocínio hipotético levado a efeito por meio do "teste de subtração" serviria como um dos mecanismos aptos a revelar a imprescindibilidade e a importância para o processo produtivo.

16. Nesse diapasão, poder-se-ia caracterizar como insumo aquele item – bem ou serviço utilizado direta ou indiretamente cuja subtração implique a impossibilidade da realização da atividade empresarial ou, pelo menos, cause perda de qualidade substancial que torne o serviço ou produto inútil.

17. Observa-se que o ponto fulcral da decisão do STJ é a definição de insumos como sendo aqueles bens ou serviços que, uma vez retirados do processo produtivo, comprometem a consecução da atividade-fim da empresa, estejam eles empregados direta ou indiretamente em tal processo. É o raciocínio que decorre do mencionado "teste de subtração" a que se refere o voto do Ministro Mauro Campbell Marques." (sem destaques no texto original)

Destaco, ainda, o Parecer Normativo Cosit nº 5, de 17 de dezembro de 2018, proferido com a seguinte Ementa:

Assunto. Apresenta as principais repercussões no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil decorrentes da definição do conceito de insumos na legislação da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins estabelecida pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial 1.221.170/PR.

Ementa. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. COFINS. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE. INSUMOS. DEFINIÇÃO ESTABELECIDO NO RESP 1.221.170/PR. ANÁLISE E APLICAÇÕES.

Conforme estabelecido pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.221.170/PR, o conceito de insumo para fins de apuração de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins deve ser aferido à luz dos

Fl. 6 da Resolução n.º 3402-003.525 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo nº 13603.905978/2012-64

critérios da essencialidade ou da relevância do bem ou serviço para a produção de bens destinados à venda ou para a prestação de serviços pela pessoa jurídica.

Consoante a tese acordada na decisão judicial em comento:

a) o “critério da essencialidade diz com o item do qual dependa, intrínseca e fundamentalmente, o produto ou o serviço”;

a.1) “constituindo elemento estrutural e inseparável do processo produtivo ou da execução do serviço”;

a.2) “ou, quando menos, a sua falta lhes prive de qualidade, quantidade e/ou suficiência”;

b) já o critério da relevância “é identificável no item cuja finalidade, embora não indispensável à elaboração do próprio produto ou à prestação do serviço, integre o processo de produção, seja”;

b.1) “pelas singularidades de cada cadeia produtiva”;

b.2) “por imposição legal”.

Dispositivos Legais. Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, inciso II; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, inciso II.

Nos termos previstos pelo artigo 62, § 2º do Anexo II do RICARF, deve ser aplicada o entendimento do STJ, de forma a adotar o conceito de insumos para efeitos do art. 3º, II, da Lei 10.637/2002 e art. 3º, II, da Lei 10.833/2003, como todos os bens e serviços que possam ser direta ou indiretamente empregados e cuja subtração resulte na impossibilidade ou inutilidade da mesma prestação do serviço ou da produção. Ou seja, itens cuja subtração ou impeça a atividade da empresa ou acarrete substancial perda da qualidade do produto ou do serviço daí resultantes.

3. Da necessária conversão do julgamento do recurso em diligência

A DRJ de origem julgou parcialmente procedente a Manifestação de Inconformidade, com a seguinte conclusão:

Conclusão

Conclui-se, portanto, a respeito das glosas descritas no Termo de Encerramento de Diligência Fiscal:

Das Planilhas 1 e 01.1 – Bens ativáveis utilizados como Insumos:

- Devem ser mantidas as seguintes glosas:

Tabela 1 (item 3.1 do Voto):

Nº NF	Descrição do Produto	Valor	Utilização como Insumo
000019	CONJ.FIXACAO E VEDACAO COMPOSTO PINO ROSCADO DIAM.5-16 L=500MM E PORCA REF.901122 ETERNIT E VEDACAO ELASTICA REF.901913 ETERNIT CATALOGO 10.5	1.150,00	FORAM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DOS TELHADOS DA FÁBRICA
[...]	[...]	[...]	[...]
028675	ALGODAO PURO HIDROFILO 500G	16,00	FORAM UTILIZADOS EM PROCEDIMENTOS NO AMBULATORIO MÉDICO DA FABRICA
	TOTAL	4.508,72	

Fl. 7 da Resolução n.º 3402-003.525 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo nº 13603.905978/2012-64

Tabela 2 (item 3.1 do Voto):

Nº NF	Descrição do Produto	Valor	Utilização como Insumo
000038	ANEL DE REFRIGERACAO DOS ELETRODOS CONF DES. TEKSID DE 12/03/08.	6.800,00	ESTES ANEIS FAZEM A REFRIGERAÇÃO DOS ELETRODOS DE GRAFITE, OS QUAIS SÃO RESPONSÁVEIS EM DERRETER AS SUCATAS PARA FUSÃO DO METAL LÍQUIDO.
[...]	[...]	[...]	[...]
190961	TROLEI LIVRE PARA KBK II REF: 982.110.44 DEMAG OU GRS SEMAN	2.228,10	ESTES TROLLEYS TRABALHAM DENTRO DOS TRILHOS DENOMINADOS KBK. ESTES TRILHOS SÃO ADQUIRIDOS DA EMPRESA: DEMAG QUE TEM A PATENTE DOS MESMOS. SÃO TRILHOS ESPECIAIS CONSTRUÍDO EM AÇO POR ONDE OS TROLLEYS SÃO INSERIDO DENTRO DELES. ESTES TROLLEYS TEM RODINHAS QUE CORREM DENTRO DOS TRILHOS KBK E EM SUAS EXTREMIDADES TEM UM OLHAL ONDE SE DEPENDURA AS TALHAS PNEUMÁTICAS. TALHAS PNEUMÁTICAS SÃO EQUIPAMENTOS DE LEVANTAMENTO DE CARGA E FAZEM TODAS MOVIMENTAÇÕES DAS PEÇAS FUNDIDAS DURANTE O PROCESSO PRODUTIVO.
	TOTAL	141.652,30	

Da Planilha 02 – Serviços utilizados como Insumos:

- Devem ser excluídas as seguintes glosas:

Tabela 3 (item 3.2.1 do Voto):

Fornecedor	Nº NF	Dt Entrada NF	Valor
HJR RECURSOS HUMANOS LTDA	004044	11/7/2007	34.380,80
[...]	[...]	[...]	[...]
SELPE SELECAO DE PESSOAL SC LT	048394	26/7/2007	21.778,17
TOTAL			223.405,08

Tabela 4 (item 3.2.2 do Voto):

Nº NF	Descrição do Produto	Valor	Utilização como Insumo
003992	APOIO MECANICO EM CORREIAS TRANSPORTADORAS E ELEVADORAS, EM REGIME PROGRAMADO PARA O PERIODO DIURNO, CONFORME ESP. TECNICA 047/07	294,81	MANUTENÇÃO/EMENDA EM CORREIAS TRANSPORTADORAS DAS LINHAS DE MOLDAGEM
[...]	[...]	[...]	[...]
003992	TROCA DE CORREIAS TRANSPORTADORAS E ELEVADORAS, EM REGIME PROGRAMADO PARA O PERIODO DIURNO, CONFORME ESPECIFICACAO TECNICA 047/07.	424,44	MANUTENÇÃO/EMENDA EM CORREIAS TRANSPORTADORAS DAS LINHAS DE MOLDAGEM
	TOTAL	129.826,67	

Tabela 5 (item 3.2.2 do Voto):

Fornecedor	Nº NF	Descrição	Valor
MEC - Q METROLOGIA E COMERCIO	002492	CALIBRACAO MANOMETRO DE EXAUSTAO - SEMESTRAL - CONFORME ESPECIFICACAO TB-F ES-001 REVISAO 03. A CALIBRACAO DEVERA SER EXECUTADA POR UM LABORATORIO RBC OU ISO 17025, CONFORME ESPECIFICACAO DO ITEM 7.6 DA NORMA TS16949	27,28
[...]	[...]	[...]	[...]
LAMBDA ESPECTROMETRIA CONCERTO	000877	SERVICO DE CALIBRACAO DO ESPECTROMETRO BAIRD MODELO DV-4, CONFORME ESPECIFICACAO TECNICA 029/05.	2.968,47
TOTAL			8.826,42

Tabela 8 (item 3.2.5 do Voto):

Nº NF	Descrição do Produto	Valor	Utilização como Insumo
004933	PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS PARA SERVICOS DE PA-CARREGADEIRA NOS FORNOS	1.087,46	LOCAÇÃO DE PA-CARREGADEIRA PARA REMOÇÃO DE ESCÓRIA DOS FORNOS (SUBSTITUI OC. 010400018893)
004935	PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS PARA SERVICOS DE PA-CARREGADEIRA NOS FORNOS	1.507,61	LOCAÇÃO DE PA-CARREGADEIRA PARA REMOÇÃO DE ESCÓRIA DOS FORNOS (SUBSTITUI OC. 010400018893)
	TOTAL	2.595,07	

Da Planilha 03 – Despesas de Aluguéis de Máquinas, Equipamentos e Veículos Locados de Pessoas Jurídicas:

- Devem ser excluídas as seguintes glosas (todas):

Tabela 9 (item 3.3 do Voto):

Nº NF	Descrição do Produto	Valor	Utilização como Insumo
029692	LOCAAO DE CILINDROS DE GASES ESPECIAIS (ARNONIO 5.0, NITROGENIO 4.6, OXIGENIO 2.8) - MEDIO DE 20 CIL/MES	216,57	CILINDROS QUE UTILIZAMOS EM NOSSO PROCESSO MANUTENÇÃO - OXIGENIO/ACETILENO/ARGONIO/NITROGENIO
[...]	[...]	[...]	[...]
004933	LOCAAO DE PA-CARREGARDEIRA PARA REMOCAO DE ESCORIA DOS FORNOS, COM OPERADOR, EM 3 TURNOS	21.574,47	PA CARREGADEIRA UTILIZADA EM VÁRIOS SETORES DO PROCESSO PRODUTIVO - REMOÇÃO DE ESCÓRIA /RESIDUOS
	TOTAL	64.544,07	

Fl. 8 da Resolução n.º 3402-003.525 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo nº 13603.905978/2012-64

Por conseguinte, deverão ser refeitos os IV - DEMONSTRATIVOS DAS GLOSAS, apurando-se o valor do direito creditório relativo ao(s) PER/DCOMP de que trata o presente processo.

Portanto, considerou a DRJ de origem pela manutenção das seguintes glosas:

- (i) Bens que não se enquadrariam no conceito de insumo (Tabela 1)
- (ii) “Bens Ativáveis utilizados como Insumos” (Tabela 2);
- (iii) Serviços de manutenção de máquinas e equipamentos de bens que seriam do ativo imobilizado;
- (iv) Serviços de movimentação de sucata; e
- (v) Serviços de instalação de sistemas de exaustão.

Com relação aos bens (partes e peças) e serviços utilizados na reparação e manutenção de máquinas e equipamentos, justificou a Recorrente que:

- ✓ O processo produtivo para a fabricação de peças fundidas em ferro e alumínio é altamente danoso para a linha de produção, em razão do uso frequente de areia (elemento altamente abrasivo) e das altas temperaturas a que é submetida;
- ✓ Apontou, ainda, que especialmente na fase de fundição, em que os fornos são carregados com ferro gusa líquido e sucatas de aço, e na fase de montagem, em que liga metálica, ainda líquida, é despejada nos moldes de areia para a definição da peça fundida, as máquinas e equipamentos estão sujeitas a poeira abrasiva e a temperaturas altíssimas;
- ✓ Tais especificidades fazem com que sejam necessários manutenção e reparo periódicos e, se não realizados, a produção fica inviabilizada, pois sujeita a seguidas interrupções;
- ✓ Nesse sentido, despesas com partes e peças empregadas e serviços utilizados na manutenção e na reparação de máquinas e equipamentos da atividade produtiva são essenciais para a produção, pois, se subtraídas, verdadeiramente obstam a atividade da empresa, conforme disposto no laudo técnico.

Considerou a DRJ de origem que somente podem ser considerados insumos bens que:

- a) sejam objeto de processos produtivos que culminam diretamente na produção do bem destinado à venda (matéria-prima);
- b) que vertam sua utilidade diretamente sobre o bem em produção ou sobre o bem ou pessoa beneficiados pela prestação de serviço (tais como produto intermediário, material de embalagem, material de pintura, etc); ou
- c) sejam consumidos em máquinas, equipamentos ou veículos que promovem a produção de bem, desde que não estejam incluídos no ativo imobilizado da pessoa jurídica (tais como combustíveis, moldes, peças de reposição, etc).

Fl. 9 da Resolução n.º 3402-003.525 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo n.º 13603.905978/2012-64

Considerou, ainda, se estiverem no ativo imobilizado, essas partes e peças deixarão de ser consideradas insumos e poderão gerar créditos decorrentes de depreciação futura, conforme previsto na Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, inciso VI, combinado com o seu § 1º, inciso III, e na Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, inciso VI, c/c com o seu § 1º, inciso III, regulamentados, respectivamente, pelo art. 66, inciso III, alínea “a”, da IN SRF nº 247, de 2002, e pelo art. 8º, inciso III, alínea “a”, da IN SRF nº 404, de 2004.

Concluiu o ilustre julgador de primeira instância que **não ficou comprovado** que os bens objeto de glosa são partes e peças de reposição para máquinas ou equipamentos empregados diretamente na fabricação de bens ou produtos destinados à venda, e que a aplicação dos referidos bens como partes e peças **não** teria resultado no aumento superior a um ano na vida útil das máquinas e dos equipamentos.

Com relação aos serviços utilizados como insumos, argumentou a Recorrente que não têm o condão de prolongar a vida útil do bem, mas tão somente de fazer com o que o bem cumpra sua vida útil. Com isso, configuram insumos indispensáveis ao regular desenvolvimento do seu processo produtivo e que os referidos serviços não fazem com que os bens reparados tenham sua vida útil prolongada, mas apenas evitam o seu sucateamento precoce, deve ser afastada a glosa perpetrada pela Fiscalização

Diante dos argumentos acima demonstrados e, principalmente, pelo fato de que o conceito de insumo teve por fundamento a Instrução Normativa nº 404/2004, já declarada inconstitucional pelo STJ, entendo que o direito creditório ainda em controvérsia deve ser apreciado sob os critérios de essencialidade e relevância, motivo pelo qual é necessário submeter à reanálise da Unidade de Origem, os itens indicados no recurso voluntário sob julgamento.

Para tanto, nos termos permitidos pelos artigos 18 e 29 do Decreto nº 70.235/72 cumulados com artigos 35 a 37 e 63 do Decreto nº 7.574/2011, bem como em atenção à necessária busca pela verdade material, **proponho a conversão do julgamento em diligência**, para que a Unidade de Origem realize as seguintes providências:

a) Intimar a Recorrente para, dentro de prazo razoável:

a.1) Demonstrar, de forma detalhada e com a devida comprovação, o enquadramento das despesas que deram origem aos créditos glosados pela Fiscalização e mantidos pela DRJ, considerando o conceito de insumo segundo os critérios da essencialidade ou relevância, delimitados no r. voto da Eminente Ministra Regina Helena Costa em julgamento do Recurso Especial nº 1.221.170/PR, bem como na Nota SEI nº 63/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF, e Parecer Normativo Cosit nº 5, de 17 de dezembro de 2018;

a.2) Demonstrar, de forma detalhada e com a devida comprovação, a participação dos itens identificados como partes e peças em cada etapa do processo industrial, bem como o tempo de vida útil de tais itens, esclarecendo se há alguma contribuição quanto ao aumento de vida útil das máquinas ou equipamentos aos quais são aplicados (em quanto tempo);

a.3) Demonstrar, de forma detalhada, e comprovar o direito creditório sobre as partes e peças incorporados ao ativo imobilizado, devendo a Unidade de Origem apurar tais créditos aplicando, a cada mês, o valor correspondente a 1/48 (um quarenta e oito avos) do valor de aquisição do bem, a título de taxa de depreciação, e

Fl. 10 da Resolução n.º 3402-003.525 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo nº 13603.905978/2012-64

- b)** Realizar eventuais diligências que julgar necessárias para a constatação especificada nesta Resolução;
- c)** Analisar a documentação constante dos autos, bem como outra que vier a ser apresentada, apurando a higidez do crédito apontado extemporaneamente;
- d)** Elaborar Relatório Conclusivo acerca da apuração das informações solicitadas no Item “a.1”, manifestando-se sobre os documentos apresentados pela Recorrente, bem como analisando o enquadramento de cada bem e serviço no conceito de insumo delimitado em julgamento ao REsp nº 1.221.170/PR, bem como na Nota SEI nº 63/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF, e Parecer Normativo Cosit nº 5, de 17 de dezembro de 2018;
- e)** Recalcular as apurações e resultado da diligência;
- f)** Intimar a Contribuinte para, querendo, apresentar manifestação sobre o resultado no prazo de 30 (trinta) dias.

Após cumprida a diligência, com ou sem manifestação da parte, retornem os autos para julgamento.

É a proposta de resolução.

(assinado digitalmente)

Cynthia Elena de Campos